

**Maria Cristina Montalvão Marques Sarmento**



**CRIAR  
CONFIANÇA**  
NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Programa**

**CANDIDATURA AO CARGO DE REITORA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

# MANDATO 2025-2029

## ÍNDICE

Introdução	3
Apresentação   Sinopse curricular	4
1. Declaração de princípio	5
2. Resenha histórica e fundamentos da universidade	5
2.1. Origem medieval	7
2.2. Modernidade cultural	8
2.3. Excelência em questão	9
3. Diagnóstico dos obstáculos à confiança da comunidade académica na Ulisboa	10
3.1. A integração das universidades   Números	10
3.2. Estudantes   Centrar a Universidade	12
3.2.1. Abandono   Motivação	12
3.2.2. Saúde   Qualidade	13
3.2.3. Expressão   Liberdade	14
3.2.4. Condições   Apoio Social	14
3.2.5. Provedoria   Prestação de Contas	15
3.3. Docentes   Ensino	15
3.3.1. Endogamia   Abertura	16
3.3.2. Concursos   Legalidade	16
3.3.3. Assédio   Transparência	17
3.3.4. Avaliação   Imparcialidade	19
3.4. Investigadores   Ciência	19
3.4.1. Precariedade   Estabilidade	19
3.4.2. Desvalorização   Apreciação	20
3.4.3. Financiamento   Investimento	20
3.4.4. Grupo ULisboa   Invisibilidade	21
3.5. Funcionários Técnicos e Administrativos   Consideração	22
3.5.1. Dimensão   Representatividade	22
3.5.2. Desempenho   Quotas	23
3.5.3. Motivação   Equilíbrio	23
4. Património   Balanço	23
4.1. Museus e Jardins   Acesso	23
4.2. Tapada da Ajuda   Projeto	25
4.3. Salas e Bibliotecas   Integração	25
4.4. Edificado   Debate	26
4.4.1. Pavilhão de Portugal   Manutenção	26
4.4.2. Estádio Universitário de Lisboa   Intenções	26
5. Orientações   Ausentes	27
5.1. O Sistema Binário   Dúvidas	27
5.2. Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior   Reforma	28
Propostas de Ação	29
Conclusão	30

## **Introdução**

Esta candidatura assume-se como uma proposta de renovação. Em conformidade com o edital, qualquer Professor da Universidade de Lisboa ou de outra instituição de ensino superior nacional ou estrangeira, pode candidatar-se a prestar serviço público na qualidade de Reitor na Universidade de Lisboa. No entanto, tem estado em vigor uma invisível regra de continuidade que tolhe a apresentação de candidaturas. A prévia posição de professor catedrático, a exercer funções de pró-Reitor, Vice-Reitor ou Reitor tem sido apanágio de candidaturas avalizadas pelo conhecimento prévio da instituição e do seu corpo dirigente. Tudo se passa como se de uma carreira profissional se tratasse, perpetuando entropias, fechada a novas mundivisões, nomeadamente de internacionalização e de género. Simultaneamente, este mecanismo tem também impedido que alguns problemas do ensino superior sejam enfrentados internamente e sejam estudadas soluções que o aperfeiçoem. A Universidade de Lisboa, pela sua preponderância e centralidade, deve ser o exemplo e o motor dessa renovação.

Após a apresentação de uma sinopse curricular, esta candidatura assume como declaração de princípio a necessidade de criar confiança na Universidade de Lisboa, por parte da comunidade académica que a compõe. Começamos por uma prévia síntese dos fundamentos da Universidade para relembrar os valores centrais da tradição académica e situar a contemporaneidade. De seguida, concentrámos a nossa atenção em dar a conhecer o diagnóstico dos problemas que são o essencial dos obstáculos à confiança.

Para que essa confiança se manifeste é necessário recentrar a Universidade nos estudantes, o ómega da função universitária. É necessário criar condições de liberdade crítica e respeito pela legalidade na progressão das carreiras docentes, assim como das carreiras dos investigadores. É necessário também financiar os investigadores e dar-lhes visibilidade. É necessário atender ainda aos muitos funcionários técnicos e administrativos que asseguram o funcionamento do património da Universidade de Lisboa, que se estende dos jardins aos museus, das bibliotecas ao edificado, com opções de gestão não debatidas.

Finalmente, num momento crucial de alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a Universidade de Lisboa deve tomar posição quanto ao sistema de governo das IES, no sentido da sua democratização. O atual regime, após quinze anos em vigor, favoreceu múltiplas arbitrariedades.

Qualquer programa de ação tem de diagnosticar primeiro os problemas, para sobre eles se debruçar na procura de soluções, e não reproduzir os relatórios de atividades de gestões anteriores que favorecem a inação e propagam os atropelos do passado. Queremos manter a tradição, sem perpetuar os vícios. Pretendemos a inovação, sem falsas eloquências sobre um futuro que sabemos incerto. O rumo em direção à confiança na instituição é o único caminho capaz de garantir a coesão da comunidade académica da Universidade de Lisboa, não para estar no mundo, mas sim, ser do mundo.

# CRISTINA MONTALVÃO MARQUES SARMENTO

## Licenciaturas

DIREITO  
HISTÓRIA

## Mestrados | Pós-Graduação

RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CIÊNCIA POLÍTICA  
FILOSOFIA

## Doutoramento | Agregação

CIÊNCIA POLÍTICA  
ESTUDOS GLOBAIS

## CARGOS/FUNÇÕES

- VICE-PRESIDENTE DA *INTERNATIONAL ASSOCIATIONS OF UNIVERSITIES*, DESDE 2022
- SECRETÁRIA-GERAL DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, DESDE 2006
- DIRETORA DA REVISTA INTERNACIONAL EM LÍNGUA PORTUGUESA, DESDE 2008
- SUBDIRETORA PARA A ÁREA DA INVESTIGAÇÃO DA FCSH-UNL (2009-2010)
- SUBDIRETORA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (2009-2010)
- DIRETORA DA REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIA POLÍTICA, DESDE 2009
- FUNDADORA E DIRETORA DO OBSERVATÓRIO POLÍTICO (2009)
- MEMBRO COOPTADO DO CONSELHO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE ABERTA (2009-2010)
- DIRETORA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES (1987)

## GRAUS ACADÉMICOS

- LICENCIATURA EM DIREITO, FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PORTO (1986)
- LICENCIATURA EM HISTÓRIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1997)
- DIPLOME D'ETUDES APPROFONDIES (DEA), EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTRATÉGIA, *INSTITUT EUROPEEN DES HAUTES ETUDES INTERNATIONALES*, EM NICE, FRANÇA (1987), BOLSEIRA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
- PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, CURSO DE MESTRADO, ISCSP, UTL, (1994)
- PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, CURSO DE MESTRADO, FLUL (1999)
- DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA NA ÁREA DE TEORIA POLÍTICA PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (2004)
- TÍTULO DE AGREGADO EM ESTUDOS GLOBAIS, UNIVERSIDADE ABERTA (2022).

## DOCÊNCIA

- UNIVERSIDADE DE LISBOA, ISCSP (2010-2025) PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO
- UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, ISCSP (2010-2013, REGIME DE MOBILIDADE)
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, FCSH (1998-2010) PROFESSORA AUXILIAR
- UNIVERSIDADE DO ALGARVE (1991-1998) ASSISTENTE
- UNIVERSIDADE DOS AÇORES (1987-1991) ASSISTENTE ESTAGIÁRIA

## ATIVIDADE CIENTÍFICA

- ORIENTADOR DE 25 TESES DE DOUTORAMENTO; 40 DE MESTRADO.
- AUTOR/CO-AUTOR, LIVROS; CAPÍTULOS DE LIVROS E REVISTAS CIENTÍFICAS INDEXADAS.
- ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CIENTÍFICAS; PARTICIPAÇÕES COMO ORADOR E CONVIDADO.

Consulte: **Ciência ID** | 031D-30F8-BC49

## **2. Declaração de princípio da candidatura**

### **CRIAR CONFIANÇA NA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

A Universidade, na sua estrutura corporativa, é uma das poucas instituições mundiais que sobreviveram à passagem do tempo. Idealmente, as universidades distinguem-se por compromissos éticos singulares que reforçam a sua credibilidade. A visão idealizada do mundo académico destaca a sua abertura, a sua universalidade e os seus procedimentos institucionalizados de autocritica e autocorreção, sendo uma força para o bem, em todas as suas missões. Idealmente, as universidades funcionam como instituições fiáveis e independentes que acompanham e analisam criticamente as forças sociais, políticas e de mercado. Se as universidades aceitarem passivamente a degradação das estruturas sociais, políticas, e económicas necessárias à sua missão, haverá consequências drásticas para o seu papel na construção das sociedades e, muito especialmente, na promoção da justiça e democracia.

Acreditamos que é necessário criar confiança no ensino superior e a universidade de Lisboa, como a grande instituição do país, deve ser motor dessa mudança. O que está a pôr em causa o ensino superior tal como o conhecemos é o facto de se ter tornado cada vez mais difícil demonstrar de forma convincente os seus méritos e benefícios.

Em termos epistémicos, as universidades enfrentam um ceticismo crescente, que provoca uma rutura na aceitação semântica da razão e dos factos. As universidades enfrentam um fosso crescente entre o conhecimento científico, a forma como os seres humanos processam e compreendem a informação, e as vulnerabilidades à desinformação e à propaganda, a que estão sujeitas quando não conseguem aplicar este conhecimento para comunicar descobertas e princípios científicos.

Estes aspetos são tanto mais relevantes quanto, na era particular em que vivemos, fortemente determinada pelos desenvolvimentos da inteligência artificial generativa, precisamos de perspetivar políticas, soluções e compromissos que assumam e configurem o papel da inteligência artificial (IA) na transformação das relações sociais, laborais e de fomento do conhecimento e da sustentabilidade. Relevam nestes domínios ações que visem preparar a Universidade de Lisboa e as suas unidades orgânicas para estas novas realidades. A IA tem implicações diretas no trabalho científico e de investigação, na produção de conhecimento, na avaliação desse conhecimento e na sua lecionação; tem implicações no processo de ensino/aprendizagem e de transferência de conhecimento e no modo como são expressas as capacidades cognitivas e de conhecimento dos estudantes; tem também implicações na relação institucional e administrativa com a comunidade académica, no trabalho técnico e administrativo e na capacidade de diálogo de todos estes profissionais com intérpretes não humanos. Trabalhar em todas estas áreas preventivamente afigura-se fundamental no presente e para o futuro.

De um ponto de vista social e moral, a Universidade está também a ser desafiada por questões de interferência política e cultural, enquanto tem de conciliar uma série de expectativas sociais. Em conjunto com políticas populistas e nacionalistas, esta situação está a pôr em causa a validade e a relevância do ensino superior como um pilar cultural da sociedade.

Dada a relação inextricável entre as universidades e a confiança que lhes é depositada ao longo do tempo, esta candidatura pretende debater e promover as seguintes questões, entre outras: o que cria confiança no ensino superior? E na universidade de Lisboa? O que devem as universidades fazer para manter todas as suas missões? O que precisa a sua governação, administração, práticas de investigação, métodos de ensino e processos de aprendizagem, procedimentos de admissão e partilha de conhecimentos? Como podem reforçar o seu envolvimento num mundo dinâmico e diversificado? Como devem ultrapassar as suas fronteiras institucionais, contribuindo para construir sociedades melhores e mais justas? É na confiança no ensino superior que tudo começa e acaba. As universidades têm uma influência maior, quer por ação, quer por inação, que molda a sociedade que as rodeia.

## **1. Síntese histórica e fundamentos da universidade**

A nossa posição europeia no mundo global transformou-nos nos herdeiros da tradição grega da *paideia*, subordinada ao ideal de formação do Homem pela educação. Dos romanos tomámos a *humanitas*, evocadora da dimensão prática da vida humana, entregando à educação, a formação do cidadão virtuoso. Com a modernidade emerge a razão subjetiva e a crença no valor da ciência como instrumentos do progresso do ser humano. A estes padrões educativos precisamos de acrescentar um traço da genealogia do nosso conhecimento, a linhagem das instituições produtoras de saber, as universidades.

### **2.1. Origem medieval**

Na avaliação da tradição universitária, tende-se ao esquecimento que as universidades surgidas na Europa do século XII foram, quanto à sua organização e métodos de ensino, uma criação dos latinos medievais, o que enfatiza a importância do cristianismo. No entanto, a organização e os conteúdos dos *curricula* foram em parte importados por meio de traduções para o latim, de conhecimentos filosóficos e científicos greco-árabes, que influenciaram a caracterização do tipo de homem que terá, nas universidades, o domicílio do exercício do seu ofício vocacional.

A maioria dos medievalistas que se interessaram por estas matérias são unânimes em reconhecer que a partir do século VII, as atividades de ensino na cristandade latina estavam sob a alçada da igreja. A finalidade do ensino deixava de ser, como no mundo romano, manter a uniformidade cultural nos diversos pontos do império e preparar para

a vida pública, para ser a de dotar a igreja de membros capacitados para compreender as escrituras e participar na administração eclesiástica. Esta diferenciação permitirá, antes como hoje, compreender como as instituições podem ter uma vocação orientada para a manutenção de um certo tipo de poder, ou terem o foco primordial orientado para fins específicos de administração das comunidades.

Cerca de quatro séculos mais tarde, com a emergência das cidades, as escolas clericais e monásticas perdem influência a favor das escolas urbanas. Este tipo de escola foi aumentando em número, tamanho e importância. Inicialmente, os professores das escolas episcopais eram integrantes da igreja, mas o crescimento do número de interessados em aprender, no século XII, levou à necessidade de delegar parte do ensino a pessoas “externas”. Estes “professores agregados” ensinavam em dependências das igrejas e, posteriormente, puderam manter escolas independentes, obtendo uma *licentia docendi*. Será desta reunião de participantes no ensino em associações que resultariam, no século XIII, as universidades.

A tendência à profissionalização cresceria nas universidades, e a vida intelectual tornava-se um ofício, com as suas técnicas e a aprendizagens. Embora estas escolas se tenham desenvolvido como mais uma instituição surgida nas cidades, a universidade ultrapassou o quadro urbano onde se formou. A sua área seria a cristandade, associada à sua génese.

Paradoxalmente o nascimento do *ideal intelectual*, caracterizou-se pelo ressurgimento de um ideal ético antigo, concorrente ao cristão. Isso teria ocorrido, em particular, entre os aristotélicos radicais da universidade de Paris. Neste sentido, o espírito racional de Aristóteles, as suas concepções sobre o conhecimento, foram fundamentais para o surgimento da universidade e para a consciência diferenciada do homem dedicado de modo expresso à transmissão do conhecimento.

Um dos aspetos mais interessantes desse processo foi fazer da universidade o espaço em que se poderia conduzir uma vida orientada para o ideal da contemplação intelectual. A vida universitária vai confundir-se com o *otium* de Aristóteles e a universidade emerge como um lugar aliado da contemplação. Tratava-se do ideal de uma aristocracia intelectual desinteressada, o que deixará a sua marca indelével na vida universitária.

É certo que será apenas no século XV, que o termo *universitas* é usado para designar as corporações de professores e alunos, designando-se por *studium*, os cursos. Mas será desta complexa fonte histórica e filosófica que emerge a matriz axiológica da ideia de universidade. Do “professor agregado” à “licença” para ensinar, do intelectual ao reconhecimento do prazer do “ócio”, a universidade contém doravante, associada à sua essência, o lastro medieval da sua origem.

## **2.2. Modernidade cultural**

Conservando a atenção no espaço europeu, a voz dos historiadores é unânime em afirmar que, no conjunto da *respublica litterarum* europeia, a invenção da imprensa

alterou significativamente a formação letrada das elites. A maior liberdade em termos de controlo ideológico, no período anterior às tensões doutrinárias derivadas do concílio de Trento, permitiu o desenvolvimento da *studias humanitatis* no século XV.

No entanto, o marco em que se coloca a universidade moderna e posteriormente a contemporânea, foi expressa pelo prussiano, Wilhelm von Humboldt (1767-1835), e em particular na obra *Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim*, de onde emana o ideal universitário que informou a educação superior nos séculos XIX e XX. Importa esclarecer o contexto em que nasce: a concepção iluminista que se expressa nos ideais centrados na ideia de progresso, sendo a educação a mediação para a sua realização. Tratava-se de dar luzes à razão. Neste quadro, as ciências e a filosofia são convocadas a sustentar o projeto iluminista. Estava em marcha a secularização da cultura, na sua forma mais expressiva, desde os inícios da modernidade no século XIII.

Compreender os vínculos entre as categorias de progresso e de educação, apreendendo a primeira como central na compreensão das ideias educacionais veiculadas desde o projeto iluminista, é fundamental para afirmar como a categoria progresso se inscreveu na história da educação de longa duração e nas suas instituições.

Será sob a inspiração iluminista, que várias obras particularmente sobre a universidade – desde os finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX – devem ser concebidas como expressões de um movimento de ordem intelectual e de exigências organizativo-institucionais respondentes ao movimento da secularização da cultura.

Seja Diderot, com seu *Plano de uma universidade* de 1775, ou Kant, com a obra *Conflito das faculdades*, de 1798, Fichte, com a *Por uma Universidade Orgânica: Plano Dedutivo para um Estabelecimento de Ensino Superior*, de 1807, ou Schleiermacher, com *Pensamentos de Circunstância sobre a Universidade segundo a Concepção Alemã*, de 1808, todos, nas suas variações, têm como ideia central a educação dirigida ao progresso.

Nesta idade iluminada pela razão e pelo progresso, a universidade configura-se em torno da ciência, devotada à veiculação de conteúdos destinados à formação intelectual e moral, e será, em última instância, fundamentada num projeto de enriquecimento da cultura moral da comunidade política, a nação. Conceber a educação como provedora de uma estruturação da nacionalidade é algo que está presente em escritos de Rousseau, Diderot, Fichte, entre outros. Estava aí em gestação a emergência do Estado moderno que se configura como representante da nação.

No entanto, há uma outra dimensão humboldtiana que deve ser salientada, a de que a ciência orienta a produção de conteúdos, que ganham sentido desde que orientados pela investigação e pelo desenvolvimento científico independente, e se apresentam como intermediação em vista de um destino, que passa pela formação intelectual e moral, a qual, por sua vez, visa a cultura moral da nação.

Estes princípios orientadores da política educacional, ao colocarem a ciência como uma indagação permanente, que orienta a instituição universitária como lugar de

desenvolvimento científico fundado na liberdade de investigação e na autonomia, demarca-a do Estado. Este não pode exigir das instituições científicas superiores nada que se relacione imediata ou diretamente a si mesmo. Ao contrário, deve compreender que, ao alcançarem sua autêntica finalidade, as instituições universitárias também cumprem as finalidades do próprio Estado.

### 2.3. Excelência em questão

Os académicos têm acompanhado o debate fundado nas múltiplas reações que a reforma universitária europeia de Bolonha provocou e, a montante, as alterações e falência do projeto de educação iluminista. Lamentos e críticas, análises positivas ou negativas, parafraseiam sobretudo a incerteza geral acerca do papel da universidade e da própria natureza dos padrões pelos quais ela pode ser ajuizada enquanto instituição.

No final do século XX, Bill Readings, em *a Universidade em Ruínas*, toma como ponto de partida, os modelos associados à noção ocidental de universidade considerando, que a universidade moderna resultara de duas ideias organizadoras, o conceito Kantiano de razão e a ideia humboldtiana de cultura que serviu a expansão do ensino superior no Ocidente. A novidade reside nas questões que se levantam sobre o modelo em curso, a universidade que se organiza em torno da noção tecno-burocrática de «excelência».

Esta ganha foros descritivos de modelo e paradigma quando, na mesma data, a UNESCO publica *The University as an Institution Today*, de Alfonso Borrero Cabral, em que esclarece os moldes da mudança estrutural. A universidade centra-se na figura do administrador como figura principal e, concebe as tarefas da universidade no âmbito de uma lógica generalizada de «prestação de contas» em que a universidade deve procurar a «excelência» em todos os aspetos do seu funcionamento.

Quando procuramos uma explicação para esta mudança, podemos afirmar que a noção de cultura como legitimadora da universidade moderna deixava de ter utilidade. Afirma-se que a universidade já não participa no projeto histórico para a humanidade que lhe foi legado pelo iluminismo: o projeto histórico da cultura.

Tal dever-se-ia ao afastamento da universidade, como instituição, do Estado-nação. O declínio relativo do Estado-nação que acompanhou o processo de globalização económica, teria como consequência a transformação da universidade num empreendimento burocrático ligada a instâncias governamentais ou funcionando independentemente por analogia a uma empresa transnacional. O discurso da «excelência» substitui a *ideologia* da cultura (nacional) nas diferentes instituições e países. Este domínio da «excelência» não traz consigo uma orientação política ou cultural automática, já que não se determina por relação com nenhuma instância identificável do poder político.

A excelência enquanto lema da universidade, desenvolve-se dentro da universidade, como ideia em que a universidade se centra e através da qual se torna compreensível para o mundo exterior. Como arma retórica, consegue a aprovação geral: a excelência é

aquilo com que todos concordam, porque não é uma ideologia, no sentido em que não tem referente externo, nem conteúdo interno.

Mesmo considerando as muitas definições de excelência existentes na tradição, os meios mais utilizados para definir a excelência, na prática, são as medidas aplicadas e desenvolvidas na criação dos *rankings* das instituições e a visibilidade da investigação.

Os *rankings* universitários globais são considerados como um dos principais meios capazes de mensurar a excelência, refletindo o poder e os interesses políticos, e assumindo uma conceção de excelência que enfatiza a dimensão da investigação, e não a do ensino e da aprendizagem.

As universidades jogam um papel importante na significância do conceito, afirmando nos seus planos estratégicos que procuram a excelência na investigação e no ensino, desafiando aqueles que têm de os avaliar a procurar saber se realmente cumprem o que prometem. Neste sentido, as instituições de ensino superior tornam-se vulneráveis, se não fornecerem a excelência que apregoam.

É neste debate incerto que se encontram as universidades. Neste sentido, a excelência traduz-se sobretudo em competitividade, imagem exterior, processos de gestão administrativos e gestão de recursos, afastando-se dos valores que tornam a Universidade uma instituição fiável e de confiança para estudantes, docentes, investigadores e funcionários técnicos e administrativos, gerando unidade em torno da comunidade académica.

### **3. Diagnóstico dos obstáculos à confiança na Universidade de Lisboa**

Os obstáculos à existência de confiança da comunidade académica na sua instituição e, por essa via, do mundo que lhe é exterior, residem em vários fatores. Relativamente aos estudantes, destaca-se a sua falta de motivação, a qualidade da sua saúde e a desatenção da Universidade aos temas que os mais jovens consideram ser os desafios futuros que enfrentam. Reside ainda na confiança dos docentes na qualidade de ensino que ministram, que está associada com a sua satisfação íntima com a instituição a que pertencem, muitas vezes fragilizada. E reside também na confiança dos seus investigadores e produtores de ciência, cuja estabilidade não tem existido, assim como na dignidade autêntica dos funcionários técnicos e administrativos.

Como instituição universitária de referência, à Universidade de Lisboa não basta a imagem de excelência que apregoa, importa, sim, enfrentar os obstáculos que se fazem sentir para uma efetiva confiança na instituição.

#### **3.1. A Integração das universidades | números**

Após um processo negocial entre a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa e destas com o Governo, foi aprovada, pelo Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro, a fusão entre as duas universidades. Deste modo, a atual

Universidade de Lisboa (ULisboa), resulta da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa, bem como do Estádio Universitário de Lisboa, integrando as respetivas unidades orgânicas e conservando a totalidade das atribuições, competências, direitos e obrigações existentes à data da fusão, continuando assim uma história com mais de sete séculos. Este processo resultou da vontade de juntar, numa mesma instituição, as diversas áreas do conhecimento, criando assim melhores condições para acompanhar a evolução contemporânea da ciência, da tecnologia, das artes e das humanidades.

A decisão tomada pelas duas comunidades académicas, teve como desígnio a construção de uma universidade de investigação comprometida com o ensino, a inovação e a transferência de tecnologia, centrada nas pessoas, que valoriza o conhecimento, o mérito e a participação, envolvida com a sociedade portuguesa e a região de Lisboa, com dimensão europeia e aberta ao mundo; no entanto, podemos afirmar que a procura de escala, que se concretizou, ainda não cumpriu estes desideratos.

De facto, a Universidade de Lisboa (ULisboa) é a maior universidade portuguesa. Composta por 18 Escolas: Faculdade de Arquitetura; Faculdade de Belas Artes; Faculdade de Ciências; Faculdade de Direito; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Letras; Faculdade de Medicina; Faculdade de Medicina Dentária; Faculdade de Medicina Veterinária; Faculdade de Motricidade Humana; Faculdade de Psicologia; Instituto de Ciências Sociais; Instituto de Educação; Instituto de Geografia e Ordenamento do Território; Instituto Superior de Agronomia; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Superior de Economia e Gestão; Instituto Superior Técnico.

A Universidade de Lisboa estará em vias de ser constituída por 19 Escolas se contarmos com a Escola Superior de Enfermagem em fase de integração. Assumindo, que podem ser 20, se a abertura da faculdade criada em 2021, *ULisboa School Shanghai University*, em Xangai, China, nas áreas de engenharia, que ainda está a dar os primeiros passos, como parceira do Instituto Superior Técnico, com um protocolo já alargado a Ciências ULisboa e ao ISEG em 2023, se constituir uma unidade orgânica, uma vez que a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) acreditou os ciclos de estudo no início de 2022 e o Ministério da Educação da China validou a parceria.

A Universidade de Lisboa tem mais de 100 Unidades de Investigação, cerca de 50.000 estudantes, 4.000 docentes e investigadores, 2.500 funcionários técnicos e administrativos e mais de 400 cursos conferentes de grau; no entanto, importa saber se a Universidade de Lisboa é efetivamente um espaço privilegiado de ensino, investigação, inovação, desporto, cultura e arte. Sendo herdeira de uma tradição universitária com mais de sete séculos, a Universidade de Lisboa adquiriu a sua atual configuração em julho de 2013.

Entendemos que mais de uma década depois, está longe de cumprir os objetivos a que se propôs e precisa de se reconfigurar e renovar para permitir a confiança da comunidade académica na sua instituição. Sem essa confiança não existem estudantes

formados superiormente, qualidade de ensino, produção de investigação, profissionais dignos e debates sobre os grandes desígnios da ULisboa.

### **3.2. Estudantes | Centrar a Universidade**

Os estudantes do ensino superior enfrentam uma série de problemas, incluindo dificuldades financeiras, problemas de saúde mental e desafios na adaptação ao ambiente universitário. A falta de bolsas de estudo, o custo elevado do alojamento e a insuficiência de vagas em residências universitárias são questões prementes que afetam muitos estudantes. Há também um aumento preocupante nos casos de transtornos, como ansiedade e depressão, entre os estudantes. São cerca de 50.000 estudantes da universidade de Lisboa. É a comunidade estudantil a razão de ser primeira da Universidade. A eles a universidade se dirige. Na atualidade, a universidade ao ser gerida como qualquer outra entidade burocrática e administrativa, ao virar-se para o exterior tem perdido o centro da sua missão que é a de formar as gerações futuras capazes de impactar as sociedades de que os estudantes são membros. É urgente (re)colocar os estudantes no centro da vida institucional.

#### **3.2.1. Abandono | Motivação**

De acordo com os dados mais recentes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), são cada vez mais os estudantes que abandonam o ensino superior: 12,9% dos estudantes desistiram do ensino superior após o primeiro ano do curso, no ano letivo 2021/2022. Em 2022/2023, terão sido cerca de 11,10%. Segundo os dados oficiais, o número de alunos de licenciatura que não se encontravam no ensino superior, um ano após iniciarem o curso está a aumentar há quatros anos letivos consecutivos. Sendo um dado nacional, importa saber como este número se reflete na Universidade de Lisboa.

Um inquérito realizado pela Federação Académica de Lisboa, em 2023, indicou que 23% dos estudantes consideraram desistir dos seus estudos, com 62% referindo questões de saúde mental como uma das principais razões. O inquérito também revela que as questões de saúde estão profundamente interligadas com as desigualdades presentes no ambiente universitário. Os estudantes enfrentam barreiras financeiras, de género, raciais e de orientação sexual que afetam o seu bem-estar. Mais de 8% dos participantes relataram experiências de discriminação em relação ao género, peso, nacionalidade e condição financeira. As estudantes mulheres declaram ser mais objeto de discriminação do que os homens, sobretudo por via do género, mas também devido ao seu peso, ou por problemas de saúde mental, ou devido aos seus rendimentos, aponta o relatório. Já os homens reportaram experiências de discriminação mais associadas à sua sexualidade ou orientação sexual.

Será que não conseguimos ouvir os estudantes? Será que não conseguimos criar condições para que as experiências negativas possam ser diluídas e o sucesso escolar possa ser promovido? O ensino superior tem de voltar a estar centrado no estudante, ter menos carga horária e um nível de ensino-aprendizagem digno do século XXI, criando-se um ambiente de estudo mais inclusivo e sustentável para os jovens que enfrentam os desafios atuais.

Sendo certo que o abandono no ensino superior é uma questão complexa com várias causas interligadas, é crucial que a Universidade de Lisboa desenvolva e implemente estratégias para apoiar os estudantes e reduzir as taxas de abandono, garantindo assim um maior sucesso académico e a retenção de talentos.

Entre as várias dificuldades enunciadas, está na agenda política um aumento de propinas no ensino superior. Este cenário tem sido admitido pelo governo com avanços e recuos estratégicos. Irá a Universidade de Lisboa, tomar posição nesta matéria? Nesta, como em outras matérias essenciais, não se conhece a posição da atual equipa reitoral. Advogamos que, sendo a maior instituição universitária do país, deve pronunciar-se com determinação contra o aumento dos custos do ensino superior público.

### **3.2.2. Saúde | Qualidade**

Os problemas de saúde mental mais frequentemente relatados pelos estudantes são o transtorno de ansiedade e a depressão, que afetam a vida académica e social de quem lida com esses desafios. O Inquérito às Condições Socioeconómicas e Académicas dos Estudantes do Ensino Superior, apresentado pela Direção-geral do Ensino Superior (DGES), em 2021/2022, fornece alguns dados significativos. Segundo o relatório, 9% dos inquiridos confirmaram enfrentar problemas de saúde mental, o que representa um aumento significativo em relação aos 4,4% reportados no inquérito anterior. Este aumento acompanha uma tendência europeia, surgida na sequência dos contextos vivenciados com a pandemia de covid-19, de medidas que obrigaram a restrições nas relações sociais, e que trouxeram efeitos negativos com origem no isolamento e distanciamento social.

Em resposta a este cenário, o governo português lançou uma iniciativa que permitiria aos estudantes universitários aceder a consultas de psicologia e nutrição através de um programa de cheque-psicólogo. Esta medida conta com a adesão de todas as instituições de ensino superior do país. Mas o que fez em particular a Universidade de Lisboa? Enquadrado neste Programa Nacional de Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior, a ULisboa lançou um estudo com o objetivo de conhecer melhor a realidade de todos, identificar os recursos disponíveis e as dificuldades enfrentadas. O projeto pretende disponibilizar à comunidade académica um conjunto de ferramentas e ações de apoio, com as quais poderá contar ao longo do seu percurso. Onde estão elas? Porquê repetir o diagnóstico conhecido? Importa sim, sensibilizar toda a comunidade

académica para este fenómeno. Neste sentido, cabe a todos e a cada um aproximar-se dos estudantes e ir além do projeto ou do mero diagnóstico.

### **3.2.3. Expressão | Liberdade**

Sim, convém não esquecermos que houve uma ação policial na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde alunos e ativistas foram retirados das instalações após uma ocupação. Alguns estudantes denunciaram violência por parte da polícia durante a retirada. A ocupação, que ocorreu em protesto por questões climáticas, teve como resultado a detenção de quatro ativistas. O diretor da faculdade, em sua defesa, argumentou que a intervenção policial foi necessária para garantir a normalidade da instituição. O pedido de intervenção policial tem apenas três ou quatro precedentes na Faculdade de Letras e na Universidade de Lisboa nos últimos cinquenta anos, e é facilmente comparável com as intervenções das forças de autoridade dentro de instituições de ensino que aconteceram durante o Estado Novo.

À faculdade, os alunos exigiam mais do que apenas questões relacionadas com a crise climática. Entre outros pediam o despedimento de docentes que são conhecidos reincidentes de assédio e a criação de vias oficiais para denúncias; pediam que se melhore a eficiência energética da faculdade; pediam que se criem mais espaços verdes e que haja mais alunos nos órgãos de decisão da faculdade.

Já em maio de 2024, houve também protestos de estudantes na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, envolvendo um acampamento no átrio do edifício em solidariedade com a Palestina e contra o uso de combustíveis fósseis.

Mais de 50 anos depois da grande reforma universitária despoletada pela crise estudantil conhecida por maio de 1968, que percorreu todas as universidades globalmente do Norte ao Sul, de que estamos à espera para compreender que é toda uma geração que se expressa e precisa de ser ouvida? Ouçamos os estudantes que são o centro do sistema de ensino superior.

### **3.2.4. Condições | Apoio Social**

Os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa) visam assegurar o apoio aos estudantes. Nos apoios sociais diretos, destacam-se as bolsas de estudo e indiretamente, criam-se condições para acesso à alimentação, ao alojamento, ao apoio à infância e aos serviços de saúde, às atividades socioculturais e desportivas.

Para os cerca de 50.000 estudantes, a Universidade de Lisboa dispõe de oito unidades alimentares, com cerca de 3.500 lugares e são oferecidas cerca de 1300 camas em 19 residências universitárias, das quais apenas 14 são para estudantes em várias zonas de Lisboa, números claramente insuficientes, cujo crescimento importa assegurar.

Indispensável também é dinamizar a Rede de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas (Rede NEE-ULisboa), para a adoção de medidas

para assegurar o acesso de todos os estudantes ao ensino inclusivo, mediante a afetação de recursos e instrumentos adequados à aprendizagem e à comunicação.

Para promover a integração profissional dos estudantes da Universidade de Lisboa, é fundamental reativar instrumentos como o IAESTE (*The International Association for the Exchange of Students for Technical Experience*), que proporciona a mobilidade de estudantes do Ensino Superior para a realização de estágios remunerados, em ambiente profissional, desativada por motivos administrativos.

O melhor meio para responder às necessidades dos estudantes é apoiar as Associações de Estudantes (AE), para que tenham um papel ativo não só no acolhimento, integração e interação dos estudantes com o meio académico, mas também no desenvolvimento da cooperação com outras instituições de ensino superior.

### **3.2.5. Provedoria | Prestação de contas**

Existe um órgão independente da Universidade de Lisboa (ULisboa), o Provedor do Estudante, que tem como função a defesa e a promoção dos direitos e interesses dos estudantes no âmbito da Universidade, designado pelo Conselho Geral, sob proposta do Reitor, por períodos de quatro anos, após parecer da Comissão para os Assuntos Pedagógicos e Estudantis do Senado.

Ao Provedor compete apreciar queixas dos alunos sobre matérias pedagógicas e matérias administrativas com elas conexas, assim como sobre outros aspetos da sua vida académica, e dirigir aos órgãos competentes da Universidade as recomendações que considere necessárias e adequadas à prevenção e reparação das injustiças verificadas.

Mas a sua existência, não basta. Este órgão não cumpre a sua função senão prestar contas à comunidade académica. Quantas queixas foram atendidas? Quantas expiraram por falta de resposta ou apoio administrativo para prosseguir com as recomendações? Esta candidatura defende a existência de um relatório anual que permita dar a conhecer à comunidade académica os atropelos dos direitos dos estudantes.

### **3.3. Docentes | Ensino**

A medida da qualidade do ensino na Universidade de Lisboa reside nos docentes e na adesão que estes têm à sua instituição, na sua capacidade de adaptação aos novos tempos e na motivação na sua carreira. A liberdade académica e a estabilidade funcionam como fatores-âncora do seu enquadramento, mas na atualidade temos importantes fatores desagregadores destas condições, que se impõe renovar.

### **3.3.1. Endogamia | Abertura**

Os indicadores de endogamia académica nas instituições públicas de ensino universitário, referente ao ano letivo de 2021/2022 apontavam, em termos de resultados institucionais, a Universidade de Coimbra como a instituição nacional com a percentagem mais elevada de docentes de carreira que realizaram o seu doutoramento na própria instituição (78%). Este valor representa uma diminuição face aos 80% registados no ano de 2015/2016. Seguem-se a Universidade de Lisboa (75%), que subiu ligeiramente face ao estudo anterior (74%) e a Universidade do Porto (72%), que manteve a sua percentagem. Ou seja, as principais Universidades do país pautam-se por níveis de endogamia inaceitáveis. Os resultados do estudo demonstram que as tradicionais Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto ocupam três dos quatro primeiros lugares do ranking de endogamia académica; no que concerne a unidades orgânicas, as Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra possuem valores de endogamia académica de 99% ou 100%, respetivamente. Querirá isto dizer que nestas instituições nunca foi selecionado um candidato de fora? Será por esta razão que a Faculdade de Direito da ULisboa, tem cursos não acreditados por falta de docentes em determinadas áreas? Favorece esta característica a contratação de professores convidados?

São perguntas com respostas pouco estudadas, mas a maioria dos docentes doutorados que ocupam posições de carreira de topo nas universidades públicas portuguesas doutoraram-se na mesma instituição de ensino superior em que lecionam (68%).

Afirmar que a Universidade de Lisboa é abertura ao mundo é uma afirmação inócua sem valor real. Esta candidatura favorece uma abertura real da Universidade de Lisboa, porque a introversão endogâmica do sistema universitário muitas vezes fundada na apreciação pelos pares superiores, estimula a submissão acrítica e o favoritismo. Resulta muitas vezes em abuso de poder que, por medo, incapacidade ou silenciamento institucional, não é expresso. Trata-se de um dos elementos nocivos para o grau de satisfação dos docentes com a sua instituição e que conseqüentemente afeta a qualidade de ensino.

### **3.3.2. Concursos | Legalidade**

A expressão "carreira do ensino superior piramidal" refere-se à estrutura hierárquica tradicional da carreira docente em universidades e instituições de ensino superior, onde a progressão na carreira se assemelha a uma pirâmide. Geralmente, a base da pirâmide é composta por professores auxiliares, com um número limitado de vagas para posições mais elevadas como professores associados e catedráticos no topo.

O recrutamento de docentes no ensino superior em Portugal é realizado pelas próprias instituições de ensino superior e podem ser concursos para lugares de quadro (ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente - ECDU) e respetivos concursos de progresso,

todos submetidos a períodos experimentais. Abundam, no entanto, contratos a prazo para docentes convidados a tempo parcial ou tempo inteiro, os denominados professores convidados, cujo número, em várias unidades orgânicas excede por vezes, o número de professores do quadro.

A estrutura piramidal, embora necessária para garantir a qualidade e a avaliação na carreira, pode gerar frustração e desigualdades, mormente o que muitos referem como injustiças, levando alguns a compararem a situação a um esquema de pirâmide financeira, onde o sucesso dos que estão no topo depende da atração de mais pessoas mais jovens que se caracterizam pela ausência de espírito crítico ou lealdade cega perpetuadora dos problemas sistémicos, na base da pirâmide. Há, portanto, um debate em torno da necessidade de reformas na carreira do ensino superior para tornar a progressão mais justa e equitativa, e para garantir que a qualidade do ensino seja valorizada juntamente com a investigação.

Esta candidatura, de entre os vários desafios que se podem colocar a esta renovação, defende que é no simples respeito pela legalidade que reside o elemento determinante para a confiança institucional. Concursos enviesados, concursos com *fotografia*, júris manipulados feitos de *amigos* - fora de área, conluios silenciosos, minam diariamente a confiança na instituição.

A inação da Reitoria e a existência de um gabinete jurídico que se vê a si próprio como garante de contencioso litigante da universidade e não como um espaço privilegiado para dirimir os conflitos e fazer respeitar a legalidade internamente, provocam um enorme conjunto de ações judiciais em que a universidade participa contra os seus próprios docentes. Multas e custas judiciais, a desfavor da universidade, não raras vezes de valor elevado, alimentam processos contra os docentes da universidade, a quem depois é exigida a qualidade de ensino que a sua vocação inicial determinou e a investigação antes desvalorizada nos mesmos concursos. É certo que o tempo dos docentes e do Reitor responsável fica equidistante do tempo e dos custos da justiça nos tribunais administrativos, tornando os abusos de poder e as ilegalidades uma enfermidade institucional permanente, que mina a confiança na instituição.

O Reitor deve passar a ser o garante dessa legalidade e da imparcialidade que a mesma impõe, devendo intervir ativamente, impondo uma orientação clara e não delegando essa competência nos pequenos circuitos de poder internos das unidades orgânicas.

### **3.3.3. Assédio | Transparência**

E quanto a combater os fenómenos de assédio no ensino superior? A necessidade do estudo e a avaliação de casos de assédio no ensino superior em Portugal emergiu na agenda política e mediática e requer investigação para que as universidades sejam espaços seguros de transmissão e troca pluralista de conhecimento.

O ambiente fortemente hierarquizado das universidades, a prevalência de uma cultura de silêncio, a normalização da violência de género e a falta de liderança ética ativa, conjugada com receios que os dirigentes possam sentir que a proatividade na identificação, estudo e avaliação de casos de assédio possa causar impactos negativos na reputação institucional, contribuem para as diversas dificuldades em desvelar e apurar situações de assédio.

Em 2022/23, uma equipa de docentes e investigadores de várias áreas da Universidade de Lisboa promoveu um inquérito à existência de assédio na instituição e os resultados mostram que existem diferenças estatisticamente muito significativas relativamente à dimensão “Intimidação Manifesta”, com os docentes de faixas etárias mais elevadas a reportarem significativamente maiores níveis de intimidação.

Em toda a literatura científica sobre o tema se referem danos, seja para as organizações, seja a título pessoal para as vítimas. Simultaneamente e em sentido inverso, a reputação de uma instituição pode ser também severamente afetada perante a ausência de mecanismos de notificação e resolução de casos identificados de assédio.

Importa modificar e transformar a cultura organizacional, de modo que haja um reconhecimento assertivo do problema do assédio e um leque de sanções para esse tipo de comportamentos.

Alguns estudos avançam a possibilidade deste fenómeno ter mais tendência a ocorrer quando são utilizados dois estilos de liderança em particular: o autoritário e o “*laissez faire*”. No caso da Universidade de Lisboa, provavelmente estamos face ao segundo perfil de liderança.

Na pendência do referido inquérito (8 de março 2023), os investigadores foram surpreendidos com uma comunicação formal, enviada por todas as instituições componentes da Universidade de Lisboa, assinada pelo Reitor, em que se esclarecia que após uma reunião do conselho de coordenação universitária, se recomendava a todos os investigadores e docentes da Universidade de Lisboa que não se respondesse ao inquérito em curso. Alegava-se para o efeito que não tinha sido solicitada qualquer autorização, nem submissão a comissão de ética, para a promoção desta investigação, e ainda que se iria analisar se estavam a ser respeitados os mecanismos de proteção de dados, tendo mesmo uma das instituições apelado a que não se abrisse o inquérito, pois poderia ser *phishing* (fraude utilizada para obter informações pessoais), numa evidente deslegitimação do procedimento.

Esta candidatura entende que é urgente e necessária transparência sobre esta matéria, para que a confiança institucional seja recuperada. A transparência que se impõe, deve ser alargada a um conjunto de procedimentos, nomeadamente à publicidade de todos os cadernos eleitorais para os órgãos colegiais, que não são públicos

### **3.3.4. Avaliação de Desempenho | Imparcialidade**

Como se descreveu antes, o assédio persiste como um mecanismo de competitividade interna, o que no ensino superior é particularmente grave tendo em consideração que as carreiras têm uma faceta administrativa de progressão e outra de capacidade científica.

O regime de avaliação de desempenho que incide sobre a prestação científica, foi hierarquicamente desenhado, o que veio aumentar o nível de confusão entre os dois aspetos, na medida em que a participação acrítica é recompensada e da avaliação de desempenho fazem parte diversos fatores que dependem hierarquicamente dos assediadores, como coordenação de departamentos, unidades ou outras, que se recompensam na avaliação de desempenho, com consequências ao nível salarial. Reconhece-se que em muitas das Escolas, o procedimento tende a ser mais claro, com a promoção de sistemas numéricos, mas enquanto subsistir uma única escola em que a imparcialidade é inexistente, o problema subsiste

Quando nos sistemas de governo de várias unidades orgânicas se generalizam listas únicas que se sobrepõem aos diferentes órgãos colegiais de gestão, se favorecem as lideranças nos diversos escalões de poder, de carácter administrativista, com espaço para gerir as avaliações de desempenho, autorizações múltiplas e escolhas entre pares, a avaliação de desempenho ganha foros de instrumento penalizador da confiança da comunidade académica na sua instituição.

### **3.4. Investigadores | Ciência**

Pilar da evolução da humanidade, a investigação científica não tem merecido tratamento equiparado à importância que o conhecimento representa para a sociedade. A maior parte dos investigadores portugueses queixa-se da precariedade que envolve a profissão. Ainda em outubro de 2024, centenas de cientistas saíram à rua para protestarem em frente às instalações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, em Lisboa, contra a falta de garantias da profissão. Em Portugal, a maior parte do trabalho científico é realizado por bolseiros ou por investigadores com contrato a termo. Uma universidade que não tenha na investigação um dos seus fundamentos está sempre aquém do seu potencial. Não sabemos quantos são os investigadores da Universidade de Lisboa nesta situação. Mas sabemos que a todos devem ser reconhecidos direitos de participação.

#### **3.4.1. Precariedade | sem estabilidade**

Em 2022, o número total de pessoas a exercer atividades de I&D em Portugal foi de 74.102 (ETI), dos quais 59.160 desempenharam funções de Investigador, valores que representam um crescimento de 6% e 5% respetivamente, em relação ao ano anterior. A situação dos investigadores em Portugal é caracterizada por um aumento no número

de investigadores, mas ainda enfrenta desafios como a precariedade laboral e a falta de investimento em investigação.

A precariedade laboral é um problema generalizado, afetando a maioria dos investigadores, com dificuldades na aplicação do Decreto-Lei 57/2016 e resultados preocupantes de concursos como o FCT-Tenure. É crucial encontrar estratégias para o crescimento sustentável da investigação científica, incluindo a captação e fixação de investigadores altamente qualificados e o apoio à produção de ciência de alta qualidade.

Relativamente ao Decreto-Lei 57/2016, são inúmeras as situações ocorridas em várias instituições públicas que se têm furtado a cumprir a lei, protelando ou recusando a abertura dos concursos para que os investigadores tenham uma oportunidade de integração na carreira no termo dos seus seis anos de contrato

Quanto ao FCT-Tenure, cujos resultados foram publicados recentemente, a insuficiência do programa integrará na carreira 1100 investigadores num universo de cerca de 3500 que acabam os seus contratos entre 2024 e 2025, seguindo-se muitos outros. Dois terços dos investigadores não têm qualquer possibilidade de serem contratados.

Recentemente aprovado pela Lei nº 55/2025, de 28 de abril, o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica regulamenta de forma mais precisa a admissão, progressão, direitos e deveres dos investigadores, mas a realidade demonstra que, apesar daquele normativo, a esmagadora maioria dos investigadores que trabalham para as Universidades são ainda contratados a prazo, ciclicamente, com contratos subsidiados pelo Estado através de programas de estímulo ao emprego de cientistas, mas a quem é recusada, na prática, a entrada na carreira de investigação. A responsabilidade social da ULisboa não pode tolerar este regime de uso e descarte. O normativo visou aprimorar as condições de trabalho e a valorização da carreira científica em Portugal, mas está longe de ser cumprido. Esta candidatura defende que esta é uma oportunidade para a ULisboa discutir um modelo de estabilidade dos investigadores adequado.

### **3.4.2. Desvalorização | Apreciação**

Os investigadores contribuem para aumentar decisivamente os índices de produção científica das instituições, competem e realizam projetos e prestam serviço docente. Apesar desta realidade, mais de 90% dos investigadores têm vínculos precários, muitos deles há décadas. Consequentemente, subsistem desafios na avaliação e reconhecimento do trabalho dos investigadores, incluindo a necessidade de uma avaliação mais justa e a valorização do impacto da investigação.

A revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) deve ser uma oportunidade para clarificar esta dimensão da atividade de investigação, que apresenta um nível de maturidade muito distinto do que tinha em meados da primeira década do

século. Deve, pois, o RJIES incluir uma densificação da presença da missão de investigação na universidade, objetivando-a como estruturante da sua atividade, associando-a a recursos humanos especializados, organizados em unidades de investigação, dotadas do equipamento científico adequado e com financiamento consignado.

### **3.4.3. Financiamento | Investimento**

O atual corte no financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia contribuiu ainda mais para o agravamento do contexto precário destes profissionais. Este corte substantivo no financiamento base face ao ciclo anterior, impossibilita a gestão das unidades de investigação. Trata-se de um entrave que coloca em causa o financiamento dos próximos cinco anos dos centros de investigação e força as instituições a dispensarem investigadores.

No entanto os Investigadores portugueses atraem muito financiamento para a investigação fundamental. Os resultados do último concurso do Conselho Europeu de Investigação incluem mais 15 milhões de euros para projetos de investigação científica desenvolvida por cientistas portugueses em território nacional.

Este fator transporta-nos para a necessidade de criar financiamento sustentável, que se deveria apoiar em três eixos. Um 1.º eixo fundamental é a existência de um financiamento estrutural constante e previsível para o sistema científico, sob a forma de contratação de recursos humanos, infraestruturas e equipamentos. Esta parte do investimento deve ser feita pelo Estado e estar inscrito no orçamento de Estado de forma clara; atualmente, é inexistente.

O modelo de financiamento das universidades portuguesas é feito por estudantes do 1.º ciclo, e está limitado a um contrato de regime que mantém o sistema subfinanciado, porque o número de vagas tem sido praticamente imutável há mais de uma década. Apesar de em 2023 o modelo de financiamento ter sido corrigido para a inclusão de estudantes de outros ciclos, deixa de fora a investigação científica, a quantidade e qualidade das contribuições para o desenvolvimento científico. Neste momento, o sistema está gravemente subfinanciado e toda a produção científica e inovação tecnológica é feita através de investimento captado de forma competitiva pelos investigadores. Este financiamento é irregular e imprevisível, o que torna o sistema insustentável, mantém a precariedade laboral e limita a autonomia dos recursos humanos de investigação e torna o parque científico e tecnológico obsoleto e degradado. Este financiamento, captado em concursos nacionais e europeus, deveria ser o 2.º eixo de investimento na Ciência, mas de momento é o único com expressão significativa. Finalmente o 3.º eixo de financiamento importante é o investimento em inovação feito pelas próprias empresas do tecido produtivo português, que ainda é muito baixo e tem de crescer.

Para isso, é preciso que a mudança cultural referida na primeira questão ocorra: é necessário que a ciência seja percecionada pela sociedade como um investimento

rentável, o que só existirá se fora como dentro, crescer a confiança na universidade. A valorização do conhecimento e inovação tecnológica produzida no sistema científico é onde se faz a diferença nas sociedades mais desenvolvidas e onde existe maior margem de crescimento do financiamento do sistema científico nacional.

#### **3.4.4. Grupo ULisboa | Invisibilidade**

Finalmente, estão dispersos pelo designado GRUPO ULISBOA, muitos investigadores, entre outros, Técnico ID; Faculdade de Ciência ID; vários Institutos jurídicos da Faculdade de Direito; a FARM-ID, ADEIM; ADFLUL; Instituto de Medicina Nuclear, AIDFM; ADISA; INOVISA; IST-ID; GAPTEC; ACIVET e que conforme se pode ver no anexo ao Balanço e demonstração de resultados consolidados de 2024, inclui mais de 40 entidades, desde o ano de 2020 e subsequentes, que vai muito além das 18 Escolas, pelo que a invisibilidade de muitos investigadores é uma realidade.

A instalação de diversas instituições privadas sem fins lucrativos dentro das unidades orgânicas da Universidade, desenvolvendo atividades idênticas às das próprias unidades orgânicas hospedeiras e servindo de plataforma de contratação de pessoal de investigação, dificulta o apuramento do número real de quantos investigadores exercem as suas funções em benefício e em nome da Universidade de Lisboa.

Acresce que algumas destas instituições usam recursos, instalações e até as denominações da própria Universidade, sem que formalmente se reconheçam como parte da Universidade. Finalmente, a grande maioria dos investigadores doutorados que exercem funções a tempo inteiro na universidade, simultaneamente exercem funções docentes a tempo parcial na Universidade com contratos de trabalho assinados com aquelas estruturas. Esta candidatura entende que o ecossistema formado por estas estruturas merece uma sindicância de controle.

### **3.5. Profissionais Técnicos e Administrativos | Consideração**

O número total de funcionários técnicos e administrativos na Universidade de Lisboa é de 2.500, de acordo com informações da própria Universidade. Este número inclui todos os funcionários que não exercem funções de docência ou investigação e devem ser tidos em consideração no governo da Instituição e das suas unidades orgânicas.

#### **3.5.1. Dimensão | Representatividade**

Os funcionários que não exercem funções de docência ou investigação, não apoiam apenas os serviços administrativos e de secretaria das unidades, faculdades e institutos da ULisboa, mas distribuem-se por um conjunto de espaços, dos museus aos jardins, de bibliotecas à aula magna e espaços da Reitoria. No colégio eleitoral, Conselho Geral, contam apenas com um representante, existindo uma clara sub-representação dos seus interesses na comunidade académica. Embora referida no RJIES como meramente

opcional, tal possibilidade é ainda assim indicada no plural, o que permitiria alargar em número essa representação.

### **3.5.2. Desempenho | Quotas**

Os funcionários técnicos e administrativos estão adstritos à avaliação do desempenho pela Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro que instituiu o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP). Este regime de avaliação apoia-se numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, que é composto por 3 subsistemas distintos, que devem estar articulados com as fases do ciclo de gestão de cada serviço: 1) Dos serviços, com carácter anual; 2) dos dirigentes em ciclos de cinco ou três anos, de acordo com a duração da comissão de serviço e 3) com carácter bienal, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação. Infelizmente, esta avaliação de desempenho, para o qual existem quotas de classificação tem sido fonte de tensões internas, devendo ser criado mecanismos de compensação com o objetivo de potenciar graus de motivação interna.

### **3.5.3. Motivação | Equilíbrio**

Esta candidatura favorece um programa ativo de conciliação da vida profissional e pessoal, com possibilidade de trabalho remoto intercalado e entre outros, favorece a dinamização de programas, como o programa Erasmus+ que permite a mobilidade de pessoal técnico e administrativo para realizar atividades de formação entre instituições de ensino superior, empresas ou outras organizações, para aquisição de conhecimentos, troca de experiências e boas práticas

## **4. Património | Balanço**

A Universidade de Lisboa tem um vasto património composto por espaços, alguns abertos ao público em geral, que contribuem para a compreensão da história e evolução científica de várias áreas do saber e têm nos funcionários técnicos e administrativos uma âncora muitas vezes mal compreendida e esquecida, e que não é escutada. Melhorias e acessibilidades dependem da sua capacidade e motivação. Uma das intenções desta candidatura é realizar um balanço do estado em que se encontram e como podem ser melhorados.

### **4.1. Museus e Jardins | Acesso**

Os Museus da Universidade de Lisboa têm um papel importante não só na conservação como na divulgação de coleções científicas. Deste conjunto, destaca-se o Museu Nacional de História e Natural e da Ciência, no edifício construído para a Escola Politécnica de Lisboa entre 1857 e 1878, que foi Faculdade de Ciências a partir de 1911

até ao incêndio de 1978 e que hoje acolhe os Museus da Universidade de Lisboa/Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUL/MUHNAC), desde a fusão do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (1985) com o Museu Nacional de História Natural (1858) ocorrida em 2011.

Destacam-se vários núcleos expositivos, como o do ‘Museu Egas Moniz’ constituído em 1957 no Hospital Escolar de Santa Maria, concebido com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian com o objetivo de documentar a vida e a obra científica do Prémio Nobel, ou Salas-museus, cuja abertura ao público é contestável, em que se conta uma dedicada à história do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, constituída em 2013, e outra, na Faculdade de Direito, a Sala-Museu Professor Marcello Caetano, que é um espaço musealizado, dedicado à obra e à memória do jurista, constituído em 2006, resultando de uma colaboração entre a família e a Faculdade de Direito e tem a assinatura do Ateliê de Arquitetura Silva Dias

Vários centros museológicos, como o Ginásio Museu Leal d’Oliveira (Faculdade Motricidade Humana), que cumpre a dupla função de espaço letivo e de preservação da memória do edifício, ou o Museu de Mineralogia e Petrologia Alfredo Bensaúde, localizado no Pavilhão de Minas do Instituto Superior Técnico (IST), que é um museu dedicado à mineralogia, cristalografia e petrologia portuguesas e da CPLP. Outro exemplo é o Museu de Geologia e Jazigos Minerais Décio Thadeu, criado em 1936, quando foram inauguradas as instalações do IST na Alameda D. Afonso Henriques, tendo a sua coleção tido origem no Instituto Industrial de Lisboa e no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. No entanto, uma parte das instalações destes núcleos museológicos foram transformadas em salas de aulas e várias coleções estão acervadas sem condições de preservação e de uso para investigação.

Uma parte do espólio de mobiliário original criado para os Museus está a perder-se, caso paradigmático do que sucedeu com a centralização da gestão centralizada de todos os espaços museológicos e jardins da ULisboa, que tem levado a que exista um desinvestimento nas condições de funcionamento e de projeção dos museus, exceção ao Museu Faraday, organizado no contexto da Área Científica de Eletrónica do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores que foi inaugurado em fevereiro de 2017, no Pavilhão de Eletricidade.

Relativamente aos jardins botânicos destacam-se: o Jardim do Príncipe Real, projetado em meados do século XIX para complemento moderno e útil do ensino e investigação da botânica na Escola Politécnica de Lisboa; e, o Jardim Tropical, situado em Belém junto ao Mosteiro dos Jerónimos, que ocupa uma área total de cerca de 7 hectares, com 5 hectares abertos ao público e é classificado como Monumento Nacional. Ambos são atualmente geridos em conjunto com o Museu de História Natural e da Ciência e desenvolvem atividades de caráter científico, educativo, cultural e de lazer, com foco na cultura científica sobre a ciência tropical e na história e memória da ciência do império português.

Nos Museus e jardins estão registados 373886 visitantes (e possivelmente aqui não se incluem todos os núcleos museológicos). Estes espaços devem ser considerados polos centrais de ligação à sociedade e à memória coletiva. Esta candidatura defende que deve ser contrariado o desinvestimento no estudo e conservação das coleções.

#### **4.2. Tapada da Ajuda | além do projeto**

O projeto “À descoberta da Tapada da Ajuda”, na categoria dos projetos de 500.000 €, inclui intervenções no Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa), no sentido de melhorar as condições para quem estuda, trabalha e visita a Tapada da Ajuda. Este projeto afigura-se claramente insuficiente dado o valor histórico e cultural da Tapada.

A Tapada da Ajuda é um parque botânico de reconhecido interesse, localizado no interior da cidade de Lisboa, entre o Parque Florestal de Monsanto e o vale de Alcântara. Nela se encontra um extenso património natural, histórico, arqueológico e arquitetónico, este último dos séculos XVII ao XX. Na Tapada encontram-se, também, o Observatório Astronómico de Lisboa além do Instituto Superior de Agronomia.

Em 1884, realizou-se neste local a III Exposição Agrícola de Lisboa, subsistindo vestígios desse período: o Pavilhão de Exposições, construído para o efeito, com autoria do arquiteto Pedro Ávila e que foi restituído ao património da cidade de Lisboa. O conjunto intramuros da Tapada da Ajuda encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público.

No que concerne ao património natural, destaca-se uma Reserva Botânica, arboretos diversos, viveiros florestais, terrenos de cultura (pomares, vinhas, prados, culturas arvenses e hortícolas), diversas espécies domésticas e silvestres características, e jardins. De entre estes últimos, realcem-se o Jardim da Parada, o Jardim da Rainha e o Jardim do Auditório. No último, situado no extremo sul da Tapada, encontra-se um Anfiteatro de Pedra, da autoria do Arquiteto Francisco Caldeira Cabral. No ponto mais alto da Tapada, junto ao marco geodésico (134 m de altitude), existe um miradouro que oferece um vasto panorama sobre a cidade e o rio Tejo. Esta candidatura defende que importa ir além do projeto e fomentar a sua utilização pela comunidade académica.

#### **4.3. Salas e Bibliotecas | Integração**

Por sua vez, as bibliotecas da Universidade de Lisboa compreendem 59 Bibliotecas e Centros de Documentação. As Bibliotecas e Centros de Documentação totalizam 198.876 leitores registados, ocupam uma área de cerca de 35.000 m<sup>2</sup>, distribuída geograficamente pela cidade de Lisboa, com um total de 3.350 lugares de leitura e consulta. Pese embora, exista um catálogo coletivo que permite a pesquisa integrada, o que facilita a integração do ponto de vista indexação e catalogação bibliográfica, no entanto, continuam a ter modos de funcionamento diferentes e um sistema de

empréstimo entre bibliotecas interno facilitaria a consulta e acesso aos documentos e livros por parte dos docentes, investigadores e estudantes das escolas. O que poderá reforçar e aproximar os leitores de um uso mais intensivo do acervo disponível nas bibliotecas da ULisboa.

Finalmente, como se sabe no âmbito da angariação de recursos próprios, os espaços e equipamentos da Reitoria da Universidade de Lisboa são rentabilizados, desde o Salão Nobre, sala dos Doutoramentos, sala das conferências, os átrios, além do Auditório Caleisdoscópio e a própria Aula Magna. Esta última é única no país. Disposta em anfiteatro, foi concebida para que os espetadores pudessem assistir de frente ao desfile do cortejo académico, que, descendo do Salão Nobre pela escadaria, faz entrada pela enorme porta dourada. Os critérios que permitem o acesso a estes recursos deviam ser públicos e não uma determinação sem debate.

#### **4.4. Edificado | Debate**

Não obstante a existência de problemas humanos e científicos, como se apontou, para os quais é necessário canalizar recursos, a Universidade de Lisboa tem estado envolvida num conjunto de projetos imobiliários que se pautam pela grandeza e enormes custos, para onde são canalizadas verbas próprias e solicitados empréstimos às suas unidades, que produzem visibilidade externa, mas não aumentam a confiança institucional.

##### **4.1.1. Pavilhão de Portugal | Manutenção**

O edifício do Pavilhão de Portugal, construído para integrar a Expo 98, recebeu o Prémio Valmor e está classificado como monumento de interesse público. Constitui um marco icónico que subsiste da Exposição. Apesar de se pretender, desde a sua conceção, que o edifício perdurasse após o certame, as suas funções não definidas. Este pavilhão foi entregue à Universidade de Lisboa. No entanto, são conhecidos problemas estruturais e a ULisboa concluiu as obras de reabilitação em 2025, vocacionando-o para a promoção de diversas atividades nas áreas da ciência, cultura e inovação. Sobre esta entrega, que expande uma imagem exterior de excelência, a ausência de debate foi manifesta. Tem a Universidade de Lisboa, recursos para a sua manutenção, sem prescindir de afetar meios para a sua vocação principal? Há também um outro conjunto de bens patrimoniais que estão ainda em processo de regularização após a criação da ULisboa.

##### **4.1.3. Estádio Universitário de Lisboa | além das intenções**

O Estádio Universitário de Lisboa funciona sob a forma de unidade especializada e foi integrado na Universidade de Lisboa, desde a fusão realizada em 2013. A sua

inauguração decorreu a 27 de maio de 1956, mas como serviço foi criado em 1989. Com instalações localizadas no Campus da Cidade Universitária e no Campus da Ajuda, o EULisboa pretende a ser um espaço para a promoção do desporto, a saúde e o bem-estar.

No conjunto das suas infraestruturas, escolas desportivas e serviços de saúde, tem aproximadamente 40 hectares dedicados a estas atividades. Aberto à comunidade em geral, cobra os serviços à comunidade académica. A comunidade académica deveria ter livre acesso, para irmos além das intenções de promover a saúde e bem-estar, e criarmos condições efetivas para o seu exercício. Esta candidatura também defende a revisão das formas de utilização das instalações do EULisboa, para acolhimento de iniciativas como via para estreitar de forma efetiva a relação da Instituição com os agentes culturais, cívicos e políticos da cidade, e facilitar o acesso da comunidade escolar a essas iniciativas.

## **5. Orientações | Ausentes**

O atual Ministro da Educação prossegue negociações para rever o regime jurídico do ensino superior. Em causa está a proposta de revisão de um regime em vigor desde 2007, que deveria ter sido revisto em 2013, mas cujo processo ficou interrompido. Entre os temas que continuam a suscitar divergências estão a manutenção do sistema binário, que distingue universidades e politécnicos, e o processo eleitoral para os órgãos de gestão das instituições. A proposta de lei será apresentada na Assembleia da República no próximo mês de setembro. Como se posiciona a Universidade de Lisboa, qual a orientação interna? A total ausência de orientação e debate interno é manifesta.

### **5.1.1. Sistema Binário | Dúvidas**

Atualmente, o sistema binário de universidades e politécnicos tem sofrido uma crescente uniformização, prejudicando a diferenciação e especialização. A postura das universidades tem-se pautado por extrema competitividade e ausência de colaboração, enquanto os politécnicos têm dinamizado os seus espaços regionais conquistando terreno progressivamente. Nomeadamente posicionando-se em posições governativas capazes de influenciar a construção legislativa.

A revisão do RJES poderá determinar a manutenção, a evolução ou a extinção do sistema binário; essa decisão implicará alterações no articulado do RJES onde se consagram as distinções entre universidades e politécnicos. Tais alterações estão hoje condicionadas às orientações aprovadas recentemente pela AR, no que respeita às designações (com uma nova tipologia – universidades politécnicas) e à possibilidade de as instituições politécnicas poderem outorgar doutoramentos. Importa que a decisão que venha a ser tomada estimule a qualidade, a diversidade institucional e contrarie o primado da uniformização e de isomorfismos, tanto ao nível das universidades como dos politécnicos; importa também que a decisão a tomar promova o estabelecimento de

consórcios que permitam às instituições ganhar escala sem perda da cobertura territorial; importa, ainda, que a decisão reduza as ambiguidades hoje existentes, identificando com maior clareza os critérios a que a tipificação das instituições deve obedecer.

### **5.1.2. Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior | Reforma**

O sistema de governo e de avaliação em vigor nas instituições de ensino superior portuguesas está dependente da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, conhecida como Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Determinada pela revogação de várias leis e disposições dispersas, este regime veio substituir, reunindo num só enquadramento a constituição, as atribuições, a organização, o funcionamento e a competência dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus órgãos.

A entrada em vigor do RJIES alterou profundamente o sistema de governo das instituições de ensino superior, confrontadas com a necessidade de produção de novas normas estatutárias para o seu funcionamento e das suas unidades orgânicas. Esta alteração profunda, cingiu-se a uma adaptação estatutária sem grande questionamento do RJIES e dos seus efeitos na gestão das instituições.

Quinze anos após a sua implementação, a comunidade académica que aceitou tacitamente o novo ordenamento, questiona hoje, a interpretação e transposição para as normas estatutárias e regulamentares das universidades e das suas unidades orgânicas.

O RJIES permitiu uma delegação excessiva de poderes, que foi tomada por certos setores das instituições como um sinal de abertura e de tomada de poder autocrático. Como tem sido amplamente discutido, a democracia nas Instituições de Ensino Superior (IES) diminuiu com a implementação do RJIES. Em particular, a importância dos Conselhos Científicos na gestão científica das academias é descurada no RJIES e permite que os ilícitos e contraordenações. A autonomia das unidades orgânicas das IES, supostamente científica, pedagógica e administrativa, tornou-se também, com o RJIES, um meio de autonomia de repressão e controlo.

Algumas práticas são frequentes, como por exemplo, impossibilitar que haja mais do que uma lista concorrente aos órgãos de gestão da escola, criando regulamentos eleitorais completamente blindados; ou delegar nos diretores ou presidentes das escolas as presidências de júris de concursos académicos, sabendo da parcialidade que os afeta. Em conjunto, este tipo de práticas contribui para a exercício da prepotência nas escolas, transformadas em unidades em que reina o medo, o favoritismo e o nepotismo ideológico ou de classe, de credo ou de emoção.

A revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) representa um marco potencial para a evolução do ensino superior em Portugal. Este é um momento decisivo para a organização do sistema, a autonomia e o modelo de governação das instituições, que são áreas fundamentais para garantir a qualidade e a

relevância do ensino superior no país. O RJIES introduziu um modelo de governação muito centralizado no reitor ou presidente pelo que se propõe um sistema mais democrático e participativo.

Qual é a posição da Universidade de Lisboa? Expressa pelo seu Reitor? Não se conhece, além da posição coletiva do CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) de 20 de setembro de 2023. Nas práticas institucionais e jurídicas da Universidade de Lisboa, muitas vezes desvaloriza-se o ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária), aplica-se o RJIES e outras tantas vezes, quando parece mais conveniente, a própria LGTFP (Lei Geral de Trabalho da Função Pública), nomeadamente aos docentes universitários, transformando-os em funcionários públicos hierarquizados. Falta liderança na Universidade de Lisboa.

## **PROPOSTAS DE AÇÃO**

### **1. Esta candidatura diagnosticou a necessidade de (re) centrar a Universidade de Lisboa nos estudantes:**

Pretende contrariar o abandono, criando mecanismos de motivação, em particular dirigidos aos que se iniciam no ensino superior, pela promoção de uma campanha alargada a toda a comunidade académica da Universidade de Lisboa. Quer criar condições de apoio à qualidade da saúde dos mais jovens, envolvendo os seus recursos próprios e unidades orgânicas, como a Faculdade de Psicologia e os gabinetes médicos. Quer assegurar a liberdade de expressão dos estudantes e estar atenta às suas demandas, implementando medidas que lhes respondam. Pretende ainda prosseguir no crescimento das condições sociais, continuar a obra realizada, mas sem desculpas quanto às escolhas para aplicação dos recursos. Esta candidatura quer um provedor de estudantes que preste contas anuais. E favorecer o associativismo, como mecanismo horizontal.

### **2. Esta candidatura diagnosticou a persistência de problemas na contratação e evolução das carreiras docentes:**

Pretende combater a endogamia sistémica pela defesa intransigente da legalidade em procedimentos de concursos públicos de entrada ou progressão nas carreiras. Quer combater o assédio com canais de denúncia autónomos, tornando-o transparente e averiguando com realismo a sua existência. Esta candidatura não admite preconceitos de género, raça ou quaisquer outros. Recusa os nepotismos.

Esta candidatura entende que o Reitor deve ser efetivamente o órgão de recurso para o cumprimento da imparcialidade e da lei seja na avaliação, seja nas situações de abuso de poder, dirigindo o seu gabinete jurídico para a promoção do consenso, dirimindo conflitos e não favorecendo a conflitualidade. Aqui não pode existir inação, nefasta à comunidade académica.

**3. Esta candidatura diagnosticou a precariedade, subfinanciamento e invisibilidade dos investigadores:**

Quer ouvir os investigadores, para os retirar da invisibilidade; quer fazer o levantamento do número real dos investigadores da Universidade de Lisboa que se encontram em situação precária, promovendo a consciência dos corpos dirigentes das unidades orgânicas para esta situação e pelear pela aplicação do novo quadro legal. Esta candidatura valoriza o contributo que trazem à universidade e posiciona-se por um financiamento efetivo da investigação, junto das autoridades nacionais.

**4. Esta candidatura diagnosticou a falta de representatividade dos profissionais técnicos e administrativos:**

Quer aumentar a representatividade dos funcionários técnicos e administrativos, reconhece as tensões geradas por uma avaliação de desempenho com quotas. Quer ainda favorecer a conciliação entre o trabalho e a família, criando condições de equilíbrio e motivação favorecendo programas de mobilidade.

**5. Esta candidatura fez um balanço da importância do património material e imaterial da Universidade de Lisboa**

Quer valorizar os seus museus e jardins, nomeadamente fazendo um balanço da gestão centralizada dos mesmos e reavaliando os projetos em curso. Quer dirigir atenção para os recursos bibliotecários no sentido da melhor integração. E não ignora a necessidade de avaliar os custos e manutenção do património emblemático recém recebido e ir além das intenções no conjunto de bens patrimoniais que estão ainda em processo de regularização após a criação da ULisboa.

**6. Esta candidatura está consciente do momento em curso de reforma legislativa sobre ensino superior.**

Quer um debate aberto sobre o sistema nacional binário de IES e colocar em debate a posição da Universidade de Lisboa na reforma em curso, a organização do sistema, a autonomia e o modelo de governação das instituições, que são áreas fundamentais para garantir a qualidade e a relevância do ensino superior no país. Quer um modelo mais democrático e sem uma delegação excessiva de poderes, que foi utilizada por certos setores das instituições como tomada de poder autocrático.

**Conclusão**

Para combater as más práticas que referimos, que se tornam um obstáculo à criação da confiança da comunidade académica na Universidade de Lisboa, do ponto de vista do governo e administração da universidade, é necessária uma verdadeira liderança. Ora, esta possibilidade está limitada pela legislação que os governos propõem e os parlamentos aprovam. O responsável máximo da universidade – reitor – é eleito, pelo

Conselho Geral. É razoável pensar que os membros destes conselhos atuem como conselheiros desinteressados, com vista ao melhor funcionamento da instituição. Porém, o processo político que conduz à nomeação dos seus membros, na maior parte das vezes, gera mecanismos de controlo financeiro, sustenta posições político-partidárias e gera pressão política sobre o eleito.

Na realidade, a liderança na universidade possui uma transcendência crítica, em que a figura principal é o reitor. No entanto, nas universidades em que estes são eleitos, o reitor é obrigado a estabelecer compromissos que lhe permitam manter-se à frente da universidade, mas de que resultam importantes limitações de que fica refém.

É também reconhecido o fato das instituições de ensino superior, de um modo geral, serem instituições bastante fragmentadas. Por um lado, a situação atípica emana do facto de que o académico tem duas prerrogativas, a liberdade académica e a segurança no emprego (*tenure*), o que fragiliza a lealdade académica relativamente ao seu ambiente administrativo mais próximo. Por outro lado, no que toca ao reitor, que é o responsável administrativo, a complexidade das funções, a obrigação de obtenção de fundos públicos e a dualidade organizativa entre a hierarquia administrativa e a liberdade académica, afeta a dinâmica dessa chefia ou orientação.

No entanto, já não estamos nas mesmas condições que conduziram as universidades do século XX a transformarem-se no que se denominou instituições contemporâneas. Esta transformação realizou-se em tempos de bonança económica e sob a égide da euforia derivada do papel da ciência. Hoje, as posturas imobilistas visam a maioria das vezes conservar pequenos privilégios e precisam de ser ultrapassadas pela articulação entre ações inovadoras e imaginativas, em benefício da universidade.

A liderança é o processo de influência que gera mudança organizacional. É um ingrediente fundamental para as organizações, mas assume particular relevância em períodos como o atual, pela mudança imposta do exterior. Entre estas ações, está a necessidade de alterar a utilização de certas práticas como forma de desarticular a competição interna e o espírito crítico, a destruição de relações de confiança e de potenciar o conflito na universidade.

A universidade é herdeira de uma tradição que envolve a preparação para a vida profissional, o progresso da ciência e a preservação de certa tradição humanista; por isso, a universidade deve estar comprometida com a consolidação de um pensamento crítico sem o qual os valores democráticos da sociedade correm perigo. Entre estes valores está a capacidade de ser motor de mudança e renovação.

**VAMOS MUDAR E RENOVAR A UNIVERSIDADE DE LISBOA, COM LIDERANÇA, VONTADE, PARTICIPAÇÃO E DETERMINAÇÃO.**

Cristina Montalvão Sarmiento  
22 de julho de 2025